

O ofício de historiador: entre a ‘ciência histórica’ e a ‘arte narrativa’*

The Historian’s work: between the ‘historical science’ and ‘narrative art’

Diogo da Silva Roiz

Professor Adjunto

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

diogosr@yahoo.com.br

Rua Tibagi, 404, Ed. Aruanã, apto 100 - Centro

Curitiba - PR

80060-110

Brasil

Resumo

O principal objetivo deste texto é investigar os debates sobre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, e os contornos que tiveram entre a História e a Teoria Literária. Procura-se demonstrar como esses questionamentos — de os estudos históricos estarem entre a ‘ciência’ e a ‘arte’ — contribuíram para que fossem repensadas as ‘teorias’ na pesquisa histórica, a partir da década de 1970.

255

Palavras-chave

História narrativa; História problema; História científica.

Abstract

The main objective of this text is to partially inquire the debates between History and Literary Theory. It demonstrates how those questions — concerning the historical studies to be between ‘sciences’ and ‘arts’ — has contributed to rethink the historical ‘theories’ since the 1970 decade.

Keyword

Narrative history; Problem history; Scientific history.

Enviado em: 12/06/2009

Aprovado em: 22/07/2009

* A primeira versão desta pesquisa foi apresentada como trabalho de conclusão da disciplina: *Seminário de Tese em Cultura e Poder I*, ministrada pelo Prof. Dr. Renato Lopes Leite, no curso de doutorado em História da UFPR, a quem agradeço pelos comentários, críticas e sugestões de leitura.

Introdução

O que muitos historiadores franceses e ingleses definiram como a passagem da 'história-narrativa' para a 'história-problema', nas primeiras décadas do século XX, e da 'história-problema' para uma volta a (uma 'nova') 'história-narrativa', entre as décadas de 1960 e 1970 (FURET 1982, 1985; STONE 1991a, p. 13-37; 1991b, p. 217-18; 1992, p. 187-94; HOBBSAWM 1991, p. 39-46, 1998, p. 83-105; BURKE 1992, p. 7-37, p. 327-48; REVEL 2009), constituiria uma mudança profunda no conhecimento histórico, e que se desdobraria também pelas Ciências Humanas e Sociais, configurando novas investigações, problemas e interpretações, mesmo que de forma peculiar (MUNSLOW 2009). Foi somente a partir da década de 1990, que os historiadores começaram a dar maior atenção a essa questão, como indica o texto de Peter Burke (1992, p. 327-48), e a reação de Stone entre 1991 e 1992 (1991b, p. 217-18; 1992, p. 187-94). Nesse sentido, inquirir parte destes debates, e os contornos que tiveram entre a História e a Teoria Literária, será o principal objetivo deste texto, ao procurar demonstrar como esses questionamentos (de os estudos históricos estarem entre a 'ciência' e a 'arte') contribuiriam diretamente para que fossem repensadas as 'teorias' na pesquisa histórica, a partir da década de 1970 (ROIZ 2009).

O problema da 'ciência' e a reconsideração da 'arte narrativa': a avaliação de Roland Barthes e Hayden White

256

Todas as coisas que duram muito tempo de tal modo se impregnam aos poucos de razão que a origem que tiram da desrazão se torna inverossímil. A história exata de uma origem não é quase sempre sentida como paradoxal e sacrílega? O bom historiador não está, no fundo, incessantemente em *contradição* com seu meio? (NIETZSCHE 2008a, p. 21)

A análise de Friedrich Nietzsche (1844-1900), em seu livro *Aurora* (que foi originalmente publicado em 1881), sobre a questão das 'origens', das 'atitudes morais' e 'culturais' na religião e entre a sociedade, e quanto ao papel do historiador em descrever tais panoramas, não estaria em desacordo com a sua crítica à historiografia oitocentista, que foi primeiramente exposta em seu texto *Sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*, em 1874 (2005a, p. 67-178), no qual demonstraria seu desacordo com o Historicismo e a Filosofia da História, principalmente, a de Hegel (1770-1831).¹ A partir de seu livro *Aurora*, Nietzsche demonstraria a preocupação por questões, que havia

¹ Para maior detalhamento da questão, ver a apresentação de Noéli Sobrinho em: NIETZSCHE 2005a, p. 7-58.

iniciado uma análise na década de 1870, mas que só se debruçaria mais detidamente na década seguinte, tanto em *Além do bem e do mal* (de 1886), quanto em *A genealogia da moral* (de 1887). Já em *Aurora*, o autor observava que:

Homens vaidosos valorizam mais um fragmento do passado, a partir do momento que conseguem revivê-lo em si próprios (sobretudo quando isso é difícil); querem mesmo, se possível, despertá-lo de entre os mortos. Como os vaidosos são sempre inúmeros, o perigo dos estudos históricos, quando uma época inteira a eles se dedica, efetivamente não é pequeno: demasiada energia é desperdiçada em todo tipo de ressurreição dos mortos. Talvez se possa compreender melhor, desse ponto de vista, todo o movimento do Romantismo (2008b, p. 118-19).

257

Em *Além do bem e do mal*, o autor prolongaria sua interpretação sobre a constituição dos 'princípios morais' como uma forma de 'dominação' pela 'vontade de poder', em que a 'verdade' se tornaria um alicerce fundamental para tal assertiva, seja na religião ou na filosofia. O modo como a religião e a metafísica utilizavam-se da verdade, quase que como uma 'crença', na 'oposição de valores', em que 'bem' e 'mal' se equilibravam num 'código de conduta' a ser aplicado aos homens e as sociedades, ficaria ainda mais bem exposto em *A genealogia da moral*, no qual o termo 'genealogia' sintetizava o método, amplamente enraizado na filologia, de rastreamento da 'origem' e de análise das mudanças semânticas das palavras (e dos conceitos) no tempo, e as suas formas de 'utilização', para fins de 'dominação' pela 'vontade de poder'. Para ele: "A verdade é precisamente o oposto do que se afirma: a ciência hoje [em 1886] não tem absolutamente *nenhuma* fé em si, e tão pouco um *ideal* acima de si – e onde é ainda paixão, amor, ardor, *sofrer*, não é o oposto desse ideal ascético, mas antes *a sua forma mais recente e mais nobre*" (2006, p. 136). Mas não se deve aqui perder de vista que a 'genealogia', para o autor, não era o estudo das 'origens', pura e simplesmente, mas sim uma crítica a elas. Para François Dosse, "Nietzsche apresenta-se assim, em pleno século historicista, como o partidário radical de uma dissolução da categoria do novo, como o pensador do fim da história" (2007, p. 464). Pode-se bem verificar isso, quando o autor expôs sua crítica aos modelos de escrita da história praticados naquela época, em que "despede a história e exonera a dialética da razão" (Idem, p. 461), além de denunciar "o caráter brutal e violento que a filosofia do Iluminismo revelou, com seu desfecho na Revolução Francesa" (Idem, p. 462). Em seus aforismos póstumos, reunidos sob o título de *A vontade de poder* (2007), este retornaria a questão, destacando (no aforismo 481) que "não há fatos, mas sim interpretações". Talvez em função desta questão primordial, a que se debruçou em toda sua obra, tivesse sido tão contrário a ideia de que a pesquisa histórica poderia reconstituir 'o que realmente havia acontecido', mas apenas apresentar 'representações' sobre o passado, e não 'o passado como tal' (BLACKBURN 2006, p. 127-74; MOSÉ 2005; FERNÁNDEZ-ARMESTO 2000).

De certo modo, impressiona a maneira com que este autor foi 'lido' e

'apropriado' na década de 1960, pelos filósofos franceses. Mas se observarmos como Terry Eagleton procurou demonstrar como Michel Foucault (1926-1984) e Jacques Derrida (1930-2004) se 'apropriaram' de Friedrich Nietzsche, ao pensarem que o mundo é inteiramente feito de 'diferenças', e "que temos que forjar identidades se quisermos sobreviver" (2005, p. 29), tal impressão não se apresentará de forma tão estranha. Primeiro, porque em ambos os casos houve uma crítica à organização da sociedade e suas estruturas políticas e culturais. Segundo, a crítica à pesquisa histórica, como modo adequado e 'científico' de reconstituir o passado 'tal qual havia sido' impôs, em ambos os períodos, reflexões sobre a própria possibilidade (e utilidade) do conhecimento histórico ser adequadamente produzido. Terceiro, se no primeiro caso a base da contestação de Nietzsche estava sobre os alicerces que fundavam a religião e a filosofia em sua época, no caso dos filósofos franceses dos anos 60, esta base se encontrava na maneira com que alguns segmentos da sociedade se utilizavam ainda destes fundamentos para excluir, diferenciar, julgar e alicerçar suas críticas aos grupos que acreditavam manter 'atitudes' tidas como 'anormais' e fora das 'regras de conduta'. Quarto, também em ambos os casos, houve uma crítica contundente à modernidade e à razão, ao progresso e ao sentido dos processos históricos, muito embora não fossem dadas nem alternativas, nem elaborados 'novos' projetos de 'transformação social', ficando aí marcado como um discurso 'irracionalista' (ou 'niilista', como alguns preferiram). Por fim, mas não menos importante, em ambos os momentos houve uma busca por novos 'temas', para melhor identificar o que 'era' e 'é' o 'Outro' (FERRY; RENAUT 1988; EAGLETON 1997; REIS 2006).

258

No caso de Michel Foucault, tais apontamentos alicerçaram algumas de suas indagações, em parte inspiradas nas suas leituras da obra de Nietzsche (MUNSLOW 2009, p. 163-86). Para ele, a 'genealogia' não se oporia a (algumas formas de) história, mas "ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias", sendo contrária diretamente à pesquisa sobre as 'origens'.

De fato, o que Nietzsche não parou de criticar desde a segunda das *Considerações Extemporâneas* é esta forma histórica que reintroduz (e supõe sempre) o ponto de vista supra-histórico: uma história que teria por função recolher em uma totalidade bem fechada sobre si mesma a diversidade, enfim reduzida, do tempo; uma história que nos permitiria nos reconhecermos em toda parte e dar a todos os deslocamentos passados a forma da reconciliação; uma história que lançaria sobre o que está atrás dela um olhar de fim de mundo. Essa história dos historiadores constrói um ponto de apoio fora do tempo; ela pretende tudo julgar segundo uma objetividade apocalíptica; mas é que ela supôs uma verdade eterna, uma alma que não morre, uma consciência sempre idêntica a si mesma (2005, p. 26).

Por isso mesmo, Nietzsche atribuía, segundo o autor, significativa importância a "história 'efetiva' [ao fazer ressurgir] o acontecimento no que ele tem de único e agudo", no jogo complexo de suas determinações, em oposição

à 'história tradicional', que o congelava nas descrições dos 'eventos', pura e simplesmente, deixando de caracterizar seu processo de produção. Nesse sentido, a "história tem mais a fazer do que ser serva da filosofia e do que narrar o nascimento necessário da verdade e do valor; ela tem que ser o conhecimento diferencial das energias e desfalecimentos, das alturas e desmoronamentos, dos venenos e contravenenos", porque ela "tem que ser a ciência dos remédios" (2005, p. 30). Com isso:

Em certo sentido a genealogia retorna às três modalidades da história que Nietzsche reconhecia em 1874. Retorna a elas, superando objeções que ele lhes fazia então em nome da vida, de seu poder de afirmar e criar. Mas retorna a elas, metamorfoseando-as: a veneração dos monumentos torna-se paródia; o respeito às antigas continuidades torna-se dissociação sistemática; a crítica das injustiças do passado pela verdade que o homem detém hoje torna-se destruição do sujeito de conhecimento pela injustiça própria da vontade de saber (2005, p. 37).

Por essa via, Foucault acabou abordando mais detidamente as 'práticas discursivas', conformadas num jogo de poder e de especialização, em que a formação e a organização do conhecimento estava inserido, desde o século XVI (1997, 2002, 2007). Mas foi justamente com os desdobramentos 'severos', 'brutais' e até 'inesperados' dos anos 1960 (ARTIÈRES 2008, pp. 133-44), que marcariam diretamente a produção de Michel Foucault, na medida em que se apresentou a oportunidade de olhar e analisar temas e objetos, com abordagens inovadoras, que o autor relembra em 1977:

Posso dizer que certamente houve uma incapacidade que estava sem dúvida ligada a situação política em que nos achávamos. [...] Ninguém se preocupava com a forma com que ele [o poder] se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no 'outro', no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global [...]. Só se pôde começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. Foi aí que apareceu a concretude do poder e ao mesmo tempo a fecundidade possível destas análises do poder, que tinham como objetivo dar conta destas coisas que até então tinham ficado à margem do campo da análise política (2005, p. 6).

Como o exercício do poder estava em todo lugar, e ao mesmo tempo em lugar algum (definido e centrado, pura e unicamente), destacar os mecanismos de seu funcionamento era fundamental para se entender não apenas seus alicerces, mas também as suas redes de organização e propagação pela sociedade, em suas instituições. Com isso, não apenas para esse autor, mas para quase todos os filósofos franceses dos anos 60, que debateram diretamente tais questões, foi primordial voltar-se criticamente para a herança do pensamento 'Iluminista', em que os alicerces comuns, por eles observados, estavam enraizados na obra de Kant (1724-1804) (FERRY; RENAUT 1988). Como destacou Pierre Bourdieu, na "ordem do pensamento, não existe, como lembrava Nietzsche, concepção imaculada" (2001, p. 12):

Estando privada de qualquer delegação temporal, a filosofia [de Kant] encontra-se portanto constringida a fazer da necessidade histórica uma virtude teórica: ao recusar o fundamento apoiado na razão social que sequer lhe foi concedido, ela pretende fundar-se a si mesma em razão (pura), ao preço de uma acrobacia teórica digna do barão de Münchhausen, e oferecer assim às demais faculdades o único fundamento válido a seus olhos, ou seja, ao ver da razão, o qual estaria dramaticamente ausente nas demais faculdades (2001, p. 55).

Em Foucault, a crítica se detém mais diretamente ao texto de Kant sobre 'O que é 'Esclarecimento'? – que foi sua resposta, publicada em 1784, ao questionamento oferecido pelo jornal *Berlinische Monatsschrift*, alguns meses antes, na qual Kant dirá que: "Esclarecimento (*Aufklärung*) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é o culpado. A menoridade é a incapacidade de [o homem] fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo" (KANT 2009, p. 63). Para Foucault, em seu texto *O que são as Luzes?* (2006, p. 335-351), a herança do Iluminismo, sintetizada no texto de Kant, chegaria ao século XX sem as mesmas qualidades explicativas, porque o progresso contínuo e o sentido histórico projetado numa perspectiva teleológica não subsistiriam mais 'intactas', após os contrastes 'bárbaros' das primeiras décadas daquele século, demonstrados pelas guerras e pelos conflitos sociais e culturais. Ao perceber o Iluminismo não como um período histórico estático, mas como uma herança em movimento, dinâmica, na qual a ideia de universalismo deveria ser repensada para se almejar uma 'ética' adequada àquelas transformações, Foucault relê o texto de Kant demonstrando sua crítica ao Iluminismo, ao mesmo tempo em que reavaliava a possibilidade de sua execução sob 'novas' bases. Com respeito a esses debates, além de Nietzsche, outro pensador, comum a maioria dos filósofos franceses dos anos 60, foi Martin Heidegger (1889-1976), que para François Dosse "terá separado radicalmente o Ser da realidade empírica, da mesma maneira que terá consumado o fim da história":

Se o estruturalismo se alimenta desse anti-historicismo, ele também encontra em Nietzsche e Heidegger uma crítica radical do humanismo que permite fazer desaparecer a figura do homem com um rosto de areia nos limites do mar. Reencontra-se, na origem, a fratura que Nietzsche inaugurou com a morte de Deus, a qual desestabiliza a ideia do domínio de um homem identificável, definível, no âmago da história. Nietzsche denuncia a divinização do homem, que tomou o lugar da religião na época do Iluminismo e prosseguiu no século XIX. [...] Essa crítica do humanismo é retomada e radicalizada por Heidegger (DOSSE 2007, v. 1, p. 466-67).

Diante do exposto, não seria desnecessário acrescentar que as discussões do período não estiveram limitadas apenas à discussão dessas questões e desses autores, como o próprio François Dosse (2007, 2v) mostrou em seu livro *História do estruturalismo*, ainda que fossem essenciais para muitos debates e obras produzidos no período. Se a observarmos na obra de Roland Barthes (1915-1980), veremos que seus desdobramentos foram peculiares (BARTHES 2004a, 2004b). Embora inserido neste contexto de debates, sua obra

voltou-se mais para a semiologia, o que não o impediu de formular, desde a década de 1950, críticas contundentes à escrita da história (DOSSE 2007, v. 1, p. 117-124). Primeiro, sobre a constituição das 'metáforas' na formulação dos discursos, em seu exame minucioso da obra de Jules Michelet (1798-1874), na qual "busquei apenas descrever uma unidade, e não explorar suas raízes na história ou na biografia" (1991, p. 9). Depois, em seu célebre ensaio *O discurso da história*, de 1967, no qual indagaria se: "a narrativa dos acontecimentos passados, submetida comumente, em nossa cultura, desde os gregos, à sanção da 'ciência' histórica, colocada sob a caução imperiosa do 'real', justificada por princípios de exposição 'racional', essa narração difere realmente, por algum traço específico, por uma pertinência indubitável, da narração imaginária, tal como se pode encontrar na epopéia, no romance, no drama?" (2004a, p. 163-64). De acordo com Paul Ricoeur, o 'discurso da história' "para Roland Barthes constitui o alvo privilegiado desse tipo de crítica desconfiada", e apoiando-se "na exclusão do referente no campo linguístico, o autor critica a história-narrativa por instalar a ilusão referencial no cerne da historiografia" (2007, p. 262). Por isso, para responder a tal indagação, Barthes se reportou à análise da obra de autores 'clássicos' como Heródoto, Maquiavel, Bousset e Michelet, concluindo que:

261

Por recusar assumir o real como significado [...], compreende-se que a história tenha chegado, no momento privilegiado em que tentou constituir-se em gênero, isto é, no século XIX, a ver na relação 'pura e simples' dos fatos a melhor prova desses fatos, e instituir a narração como significante privilegiado do real. [...] [mas] a estrutura narrativa, elaborada no cadinho das ficções (através dos mitos e das primeiras epopéias), torna-se, a uma só vez, signo e prova da realidade. Assim, compreende-se que o apagamento (se não o desaparecimento) da narração na ciência histórica atual, que procura falar das estruturas mais do que das cronologias, implica muito mais do que uma simples mudança de escola: uma verdadeira transformação ideológica; a narração histórica morre porque o signo da História é doravante menos o real do que o inteligível (2004a, p. 179-80).

A controvérsia sobre a credibilidade da pesquisa e da escrita da história, como parâmetros adequadamente consistentes, para expor a 'realidade' de outrora, com um discurso 'científico', por ser também entendido como 'verdadeiro', e manifestada tanto na Filosofia e nas Ciências Sociais, quanto na Teoria Literária, aqui resumido ao extremo, não se fixou apenas na historiografia francesa dos anos 60 e 70, que marcou o desgaste ininterrupto do 'estruturalismo' e o aparecimento do 'pós-estruturalismo', mas se prolongou justamente de onde as manifestações 'estudantis de maio de 1968', na França, tiveram forte inspiração: na 'contracultura' norte-americana dos anos 50 e 60.

Não é aqui necessário circunstanciar a importância da '*French Theory*' para a historiografia norte-americana produzida neste período, a partir de sua introdução subterrânea pela Filosofia e pela Teoria Literária, que a foi recebendo em seus congressos, revistas e traduções de obras. Como destacou François Cousset (2008), foi

a década de suas tentações contraculturais, de seu florescimento anárquico entre revistas alternativas e concertos de *rock*, mas também a década dos primeiros usos acadêmicos da teoria francesa, ainda que como instrumento de uma subversão totalmente discursiva da instituição universitária (2008, p. 59).

Em muitos pontos, esse debate foi resumido e prolongado pela obra de Hayden White, que nos anos 60 e 70 levou ao extremo a crítica às pretensões do conhecimento histórico poder se constituir 'cientificamente', já que este, ao contrário, estava mais próximo da 'arte' (MUNSLOW 2009, p. 187-215), justamente por se mostrar "fiel ao espírito da época e ao chamado *linguistic turn*, na medida em que essa imaginação é apreendida nas estruturas do discurso", dirá Paul Ricoeur (2007, p. 263). Para Hans Ulrich Gumbrecht:

Nos anos 60, Michel Foucault começou a usar o conceito de 'genealogia' de Nietzsche para sublinhar a tese de que as suas próprias reconstruções de sistemas discursivos do passado e suas transformações não pressupunham a existência de leis que governassem esta mudança e, portanto, não pretendiam ter qualquer função de prognóstico [...]. Quando Hayden White e outros começaram a problematizar a distinção tradicional entre os textos ficcionais (especialmente os romances) e a historiografia, eles o fizeram com base na observação de que a escrita dos historiadores era orientada não somente (e, talvez, não principalmente) por estruturas do mundo real, mas, numa larga medida, por problemas intrínsecos da organização e da composição discursivas, estilísticas e poéticas (1999, p. 462-63).

262

Nascido em 1928, Hayden White graduou-se pela universidade de Wayne em 1951, e fez o mestrado (1952) e o doutorado (1956) na universidade de Michigan.² Foi professor na cadeira de história da consciência na universidade da Califórnia, e é professor de literatura comparada na universidade de Stanford. Embora seja amplamente reconhecida a importância de seu trabalho *Meta-história* (de 1973), no qual estudou a imaginação histórica europeia do século XIX (MEDEIROS 2006), por meio da interpretação das 'urdiduras de enredo', consignadas na obra de historiadores (como Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt) e de 'filósofos da história' (como Hegel, Marx, Nietzsche e Croce), e conformada num quadro 'topológico', em que circunstanciará a 'estrutura verbal' de cada uma (WHITE 1995), deteremo-nos aqui em três artigos, em que o autor expõe mais detidamente suas críticas à escrita da história. De *O fardo da história* (1966) a *O texto histórico como artefato literário* (1974), até *A questão da narrativa na teoria contemporânea da história* (de 1984), houve uma verdadeira reviravolta sobre as próprias análises de White a respeito da história e de sua escrita. O primeiro e o último texto apareceram na revista *History and Theory*, que foi fundada no início da década de 1960, e concentrou um importante volume de textos, de filósofos e críticos literários, sobre essa

² Durante este período o autor debruçou-se sobre a obra de B. Croce e de G. Vico. Suas pesquisas se concentravam sobre a Idade Média, sua produção literária e filosófica. Para uma maior sistematização sobre a produção do autor, ver: GINZBURG 2007; MEDEIROS 2006.

questão, mas que não nos deteremos aqui.³

Em *O fardo da história*, White dirá que sendo a história “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”, ela teria se utilizado, desde o século XIX, de uma ‘tática fabiana’ para responder às críticas que então lhe eram efetuadas tanto por ‘cientistas sociais’, quanto por ‘literatos’. Em ambos os casos, os historiadores contornavam a questão, ora ressaltando que “a história jamais reivindicou o *status* de ciência pura, que ela depende tanto dos métodos intuitivos quanto analíticos e que os juízos históricos não deveriam, portanto, ser avaliados a partir de modelos críticos que só podem ser aplicados com propriedade às disciplinas matemáticas e experimentais” (WHITE 1994, p. 39), ora destacando uma volta à “concepção de que a história é, afinal de contas, uma semiciência, de que os dados históricos não se prestam à ‘livre’ manipulação artística e de que a forma das suas narrativas não é uma questão de escolha, mas é exigida pela natureza da própria matéria histórica” (*Idem*). Com isso, o autor destaca que os historiadores, desde àquele período, não se deram conta das inovações que marcariam tanto a ciência, quanto a literatura, e a escritura da história então praticada foi, cada vez mais, tornando-se enfadonha e frágil. Ao demarcar os avanços da literatura e da ciência, a partir do século XIX, e demonstrar as críticas que eram efetuadas à escrita da história por Nietzsche e pela crítica literária, este dirá que:

263

O historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino. Se, como disse Nietzsche, ‘temos a arte para não precisar morrer pela verdade’, temos também a verdade para escapar à sedução de um mundo que não passa de uma criação de nossos anseios. A história é capaz de prover uma base em que possamos buscar aquela ‘transparência impossível’ que Camus exige para a humanidade ensandecida da nossa época. Só uma consciência histórica pura pode de fato desafiar o mundo a cada segundo, pois somente a história serve de mediadora entre o que é e o que os homens acham que deveria ser, exercendo um efeito verdadeiramente humanizador. Mas a história só pode servir para humanizar a experiência se permanecer sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação da qual procede e ao qual retorna. E, enquanto se recusa a usar os olhos que *tanto* a arte moderna *quanto* a ciência moderna lhe podem dar, ela haverá de permanecer cega – cidadã de um mundo em que ‘as pálidas sombras da memória em vão se debatem com a vida e com a liberdade do tempo presente’ (1994, p. 63).

Quase dez anos depois, em *O texto histórico como artefato literário*, White indicaria de modo ainda mais direto, que as ‘narrativas históricas’ manifestamente são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes na ciência” (1994, p. 98). Por isso mesmo, para ele:

³ Para um detalhamento dessa questão, e a maneira como o tema foi tratado na *American Historical Review* nos anos 80, ver: VASCONCELOS 2005.

[...] a história enquanto disciplina vai mal atualmente [1974] porque perdeu de vista as suas origens na imaginação literária. No empenho de *parecer* científica e objetiva, ela reprimiu e negou a si própria sua maior fonte de vigor e renovação. Ao fazer a historiografia recuar uma vez mais até à sua íntima conexão com a sua base literária, não devemos estar apenas nos resguardando contra distorções *simplesmente* ideológicas; devemos fazê-lo no intuito de chegar àquela 'teoria' da história sem a qual não se pode de maneira alguma considerá-la 'disciplina' (1994, p. 116).

Em seu ensaio: *A questão da narrativa na teoria contemporânea da história*, escrito no início dos anos 80, o autor indicará que "é precisamente porque a narrativa é um modo de representação tão natural à consciência humana, está tão integrada à fala cotidiana e ao discurso comum, que o seu uso em qualquer campo de estudo que aspire à condição de ciência deve ser questionado" (1991a, p. 47), e, por isso, "para muitos que desejariam transformar os estudos históricos em ciência, o uso continuado por historiadores do modo narrativo de representação é um indício de falha tanto metodológica quanto teórica" (p. 48), o que não quer dizer, contudo, que a narrativa deva ser descartada como forma de exposição de dados, no campo dos estudos históricos. Para ele, o que "distingue os relatos 'históricos' dos 'ficcionais' são sobretudo os seus *conteúdos*, mais do que a sua *forma*" de apresentá-los, pois, o "conteúdo dos relatos históricos são acontecimentos reais, coisas que realmente ocorreram, e não acontecimentos imaginários, inventados pelo narrador" (1991a, p. 49). Descoberto na pesquisa histórica, mais que construído imaginativamente, pela forma expositiva dos dados na escrita. De acordo com ele, nas últimas décadas, as discussões sobre a narrativa estiveram centradas em quatro posições interpretativas:

[...] a primeira, representada por certos filósofos analíticos anglo-americanos [...] que procuram estabelecer o estatuto epistêmico da narratividade, considerada como um *tipo de explicação* especialmente apropriada para a explicação dos acontecimentos e processos históricos [...]. A segunda, a de certos historiadores orientados para as ciências sociais, entre os quais podem ser considerados exemplares os membros do grupo francês dos *Annales* [...] [que] considera a historiografia narrativa como uma *estratégia representacional* não científica e mesmo *ideológica*, cuja extirpação era necessária para a transformação dos estudos históricos em ciência genuína. A terceira, a de certos teóricos da literatura e filósofos 'semiologicamente orientados' [...], os quais estudam a narrativa em todas as suas manifestações e encaram-na simplesmente como um 'código' discursivo entre outros, que poderia ou não ser adequado para a representação da 'realidade', dependendo apenas do objetivo *pragmático* que aquele que fala tem em vista ao proferir o discurso. E, finalmente, a de certos filósofos orientados para a hermenêutica, como Gadamer e Ricoeur, que encaravam a narrativa como a *manifestação no discurso* de um tipo específico de consciência ou estrutura temporal (1991a, p. 55-56).

Ao lado destas posições, o autor acrescenta uma quinta, em que "vêm a narrativa como um modo respeitável de 'fazer história' [...] ou de praticá-la", mas este grupo não representaria uma posição teórica como os outros, e "sim

encarna uma atitude tradicional de ecletismo em termos de estudos históricos”, na qual a teoria seria mesmo um empecilho a prática adequada da investigação histórica “concebida como *empírica*”. Alonga-se em debater cada uma das posições, detendo-se na obra de Paul Ricoeur por colocar a discussão sobre a narrativa em novos patamares. Reconsidera tanto as interpretações de Nietzsche, quanto a de Roland Barthes, que havia se apoiado e elogiado nos ensaios anteriores, apesar de continuar acreditando que “todas as discussões teóricas sobre historiografia se vêem enredadas na ambiguidade contida na noção de ‘história’”, que não deriva “do fato de que o termo ‘história’ refere-se tanto a um objeto de estudo quanto a um relato sobre esse objeto, mas do fato de que o próprio objeto de estudo pode ser concebido apenas com base em um equívoco”, que estaria contido “na noção de um passado *humano* geral que se divide em duas partes, uma supostamente ‘histórica’, a outra ‘não-histórica’” (1991a, p. 86). Portanto:

O fato de que a narrativa é o modo de discurso comum tanto às culturas ‘históricas’ quanto às ‘não-históricas’ e de que ela predomina tanto no discurso mítico quanto no ficcional torna-a suspeita enquanto maneira de falar sobre eventos ‘reais’. A maneira de falar não-narrativa comum às ciências físicas parece mais apropriada para a representação de eventos ‘reais’. Porém, aqui a noção do que constitui um evento ‘real’ desloca-se não para a distinção entre ‘verdadeiro’ e ‘falso’ (que é uma distinção que pertence à ordem dos discursos, não à ordem dos eventos), mas para a distinção entre ‘real’ e ‘imaginário’ (que pertence tanto à ordem dos eventos quanto à ordem dos discursos). Pode-se produzir um discurso imaginário sobre acontecimentos reais que pode não ser menos ‘verdadeiro’ só por ser ‘imaginário’. Tudo depende de como se interpreta a função da faculdade da imaginação na natureza humana (1991a, p. 89).

265

A essa questão, ele acrescentaria, com um ensaio do início dos anos 90 (*Teoria literária e escrita da história*), que “a relevância da moderna teoria literária para a nossa compreensão das questões que estão sendo debatidas entre os teóricos do pensamento, da pesquisa e da escrita da história [...] [está em] que a moderna teoria literária tem necessariamente de ser uma teoria da história, da consciência histórica, do discurso histórico e da escrita da história”, além de sob muitos aspectos ser “elaborada a partir da necessidade de dar sentido ao modernismo literário, determinando sua especificidade histórica e sua significação como movimento cultural, e inventando uma prática crítica adequada a seu objeto de estudo” (1991b, p. 48).

Diante dessas questões, tão bem formuladas pela filosofia e pela teoria literária dos anos 60 e 70, como foi pensado o ‘ofício dos historiadores’ e a questão da ‘narrativa histórica’?

Uma reconciliação possível: ‘arte narrativa’ e ‘ciência histórica’ em Peter Gay

“O estilo é a *arte* da *ciência* do historiador” (GAY, 1990, p. 196, grifo meu)

Na década de 1970, o historiador Peter Gay não deixou de lado essas questões, mas seu caminho seguiu um rumo também peculiar. Em suas obras: *O estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt* (1974), *Arte e ação: as causas na história – Manet, Gropius, Mondrian* (1976) e *Freud para historiadores* (1985), além de 'pagar seu tributo à historiografia', com uma trilogia não planejada, o autor também revisou o campo dos estudos históricos, ao propor articular novamente 'arte' e 'ciência' na escrita da história, em uma abordagem inovadora no estudo da 'história social das ideias', em que procurou utilizar as contribuições da psicologia (em especial, da psicanálise), para entender os homens e as sociedades do passado. Ao nascer em 1923, na Alemanha, viveu com a família as circunstâncias que tornaram possível a ascensão do nazismo, vindo, entre o final dos anos 30 e início dos anos 40, a se refugiarem primeiro em Cuba, e, depois, nos Estados Unidos. Neste país estudou na universidade de Denver, e depois na de Columbia, onde fez seus estudos de pós-graduação, concluindo seu PhD (doutoramento) em 1951 (GAY 1998). Desde os anos 50 demonstrou grande interesse pela 'história intelectual', ao pesquisar a obra de Voltaire, o Iluminismo francês e seus desdobramentos, principalmente, nos Estados Unidos. Nos anos 60, além de estudar a cultura de Weimar (GAY 1978), interessa-se também pela obra de Sigmund Freud (1856-1939), que marcará profundamente o autor nas décadas seguintes, ao tentar aplicar os métodos da psicologia (e da psicanálise) na pesquisa histórica (GAY 1989a, 1989b).

266

Seu maior empreendimento, nesse sentido, foi seu estudo sobre a 'Era Vitoriana', publicado, em vários volumes, entre os anos 80 e 90. Contudo, interessa-nos aqui seus estudos sobre o 'método' e a 'escrita da história'. Ao publicar, em 1974, *O estilo na história*, ele não destacava especial apreço, ou atenção, sobre as discussões a respeito da 'virada linguística', proporcionada pela recepção do 'estruturalismo' e do 'pós-estruturalismo' francês nos Estados Unidos. Como ele próprio indica no livro, destinava maior consideração aos trabalhos de Friedrich Nietzsche (1844-1900), Ferdinand de Saussure (1857-1913), Claude Lévi-Strauss (1908-) e Erich Auerbach (1892-1957). Principalmente o último, que o marcou profundamente, ao ler seu livro *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, de 1946 (2007). Ainda assim, ao tratar da composição do 'estilo' na obra de cinco historiadores: Edward Gibbon (1737-1794), Leopold von Ranke (1795-1886), Thomas Macaulay (1800-1859), Jacob Burckhardt (1818-1897) e Theodor Mommsen (1817-1903), discutido na conclusão do livro, acentuaria de modo sutil sua crítica a Roland Barthes. Primeiro, por que o 'estilo' não se encontrava apenas no campo da escrita, mas na sua interação com o escritor, sua época e seu meio. Segundo, por que as 'metáforas' que lhe seriam inerentes não inviabilizavam a representação da 'realidade', antes a destacaria com maior sensibilidade e profundidade.

Isso porque, ao ser 'o próprio homem', como o definiu Buffon, o 'estilo' demarcaria a 'matéria', a 'retórica', a 'maneira' e as 'estratégias' da escrita, mas

ao ser também mais do que ele, o 'estilo' "nem sempre é o homem, decerto não o homem por inteiro", mostraria sua relação com o 'contexto de produção', com o 'lugar ocupado pelo autor', suas 'leituras' e sua 'formação'. Com isso, o estilo "por vezes, é menos do que o homem; com frequência é mais que ele". Mas:

O que faz da ciência ciência é sua incessante pressão pela objetividade e suas proposições verificáveis; o que a define não é sua capacidade de criar leis, mas sua fundamentação em leis ao apresentar suas explicações, leis estas que, na verdade, podem ser tomadas de empréstimo a outras disciplinas [...]. Em todas essas características definidoras, a história é – quase – uma ciência. Para empregar a definição de Lévi-Strauss, ela é uma ciência do concreto (GAY 1990, p. 193).

Neste ponto, o autor indica a importância das obras de Carl Gustav Hempel (1905-1997) e Ernest Nagel (1901-1985) para a elaboração de sua interpretação, ainda que as considerassem criticamente em sua análise. E, além disso, é "o estilo do historiador que confere a seu mapa sua forma própria", já que "a arte desse estilo é de um tipo muito especial", por que afora "alguns floreios, ele não deve interferir na ciência do historiador". Para ele:

A relação entre o estilo e a verdade foi obscurecida pelo flagrantíssimo fato de que uma obra não é uma cópia do mundo real. A natureza linear da literatura escrita obriga o historiador a apresentar sequencialmente estruturas que existem simultaneamente. Mas é uma inconveniência que o historiador partilha com o astrônomo e o sociólogo. Embora a mão modeladora do estilista apresente-se impondo ordem a realidades passadas díspares, muitas vezes avulsas em aparência, seu gesto de ordenamento é formal, exigido pelos requisitos da exposição. A ordem em si, não é o historiador que faz: ele a encontra. Uma atividade tão controversa como a demarcação de um período histórico não é uma construção, e sim uma descoberta. A ordem, o período estão lá (GAY 1990, p. 195).

267

Por isso também, que o estilo "é a arte da ciência do historiador". Não foi por acaso, nesse sentido, que a continuidade de seus estudos, neste campo, o levasse a analisar a 'causalidade na história', e a maneira com que se apresentava na escrita, mas tendo em vista seus contornos em 'artistas', e não, neste caso, em 'historiadores', como mostrou em seu livro: *Arte e ação: as causas na história – Manet, Gropius, Mondrian* (de 1976). No início dos anos 80, o autor prolonga tal esforço metodológico, apresentando sua proposta de aproximar a escrita da história, com a análise do 'inconsciente', exposta pela psicanálise, tendo em vista a obra de Freud e de seus seguidores (GAY 1989b). Ao explicar essa trajetória, ele diz que: "a arte do historiador constitui parte da sua ciência; sua forma não é nem a de um enfeite nem idiossincrática, mas está indissolivelmente ligada à sua matéria", "o estilo ajuda a sustentar o peso e a definir a natureza da substância", e isso "naturalmente me conduziu do modo pelo qual o historiador expressa-se para as questões que se inclina a considerar como as mais críticas" (1989a, p. 11). E:

Nessa concepção, o estilo do historiador é um depósito de vieses, e a sua percepção das causas inclina-se a ser comprometida pelo peso das mesmas mutilações ideológicas. Ao discordar, argumentei que o estilo pode ser também uma passagem privilegiada para o conhecimento histórico e que a visão particular do historiador sobre o que fez com que o mundo passado se movesse, não importa quão distorcida ela possa ser pela sua neurose, pelas suas deformações profissionais ou pelos seus preconceitos de classe, pode, ainda assim, ajudá-lo a ter firmes discernimentos sobre o seu material que ele não teria obtido na ausência deles (1989a, p. 12).

Assim, a sua “justificativa para a história como uma ciência elegante, razoavelmente rigorosa, apoiava-se fortemente [...] no meu comprometimento com a psicologia, em particular com a psicanálise”. Para o autor, a maior contribuição a ser encontrada nesta aproximação, outrora iniciada pelas descobertas de Marc Bloch (1886-1944) e de Lucien Febvre (1878-1956), com o movimento que geraram a partir da revista *Annales*, é que a “história psicanalítica pode entrar para expandir a nossa definição de história total decisivamente ao incluir o inconsciente, e o incessante tráfico entre a mente e o mundo, no território legítimo da pesquisa do historiador” (1989a, p. 165). Desde então, o autor tem, cada vez mais, desenvolvido esse ‘projeto intelectual’ em suas obras (GAY 2002), sem deixar de lado as questões estilísticas e metodológicas. Em seu livro mais recente, ao procurar expor um painel geral sobre o Modernismo, acentuará que “é obra de historiador [...] porque não me restringi aos limites da análise formal dos romances, esculturas e edificações, mas situei as obras dos modernistas, ainda que rapidamente, no mundo em que viveram” (2009, p. 13). Apesar de não dialogar diretamente com os filósofos franceses dos anos 60, que contribuíram para desencadear ‘a virada linguística’, que nos Estados Unidos trouxeram um grande impacto, ao questionarem a maneira pela qual os estudos históricos eram apresentados em suas formas narrativas, a obra de Peter Gay, nem por isso, deixou de reiterar a incontornável ligação entre a ‘arte’ e a ‘ciência’, sobre os ‘estilos’ da escrita da história apreendidos pelo historiador.

268

De volta a ‘Teoria’, para uma sistematização do conhecimento histórico: o diagnóstico de Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen

Creio [...] que as experiências vão além da sua interpretação linguística, mas é certo que para os que reduzem tudo à linguagem, a concentração exclusiva do estudo de certos conceitos básicos [...] poderia provocar o silêncio de outras experiências. Essa abordagem poderia limitar indiretamente a implicação social daquilo que poderíamos descobrir através de qualquer série de conceitos básicos e daquilo que seria silenciado ou oculto por eles (KOSELLECK in FERES; JASMIN 2006, p. 167).

Assim Reinhart Koselleck (1923-2006) resumiria sua divergência com a ‘virada linguística’ norte-americana, e quanto ao tipo de hermenêutica praticada

por Hans-Georg Gadamer (1900-2002) na Alemanha,⁴ numa entrevista concedida em 5 de abril de 2005 a Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes, na cidade de Madri. De acordo com ele:

[...] a linguagem é sempre ambígua, ao mesmo tempo receptiva e reprodutiva, porque por um lado indica as mudanças sociais e, por outro, a própria linguagem é um fator essencial que permite tomar consciência dessas mudanças na realidade. Gadamer não aceitava esta ambiguidade da linguagem. Para ele, que seguia os passos de Heidegger, a linguagem trazia com ela, implícita, a totalidade da experiência. É indubitável que, ao traduzir muitos conceitos da língua grega à linguagem filosófica alemã, a filosofia hermenêutica de Gadamer fez da linguagem a chave de toda a realidade humana; um argumento muito forte, mas, para mim, como historiador, impossível de aceitar como a única e exclusiva verdade. Como historiador, não posso manter-me apenas no nível linguístico; preciso me ocupar também do que (linguisticamente) poderia ser dito (KOSELLECK In FERES; JASMIN 2006, p. 169).

Os próprios entrevistadores, naquela ocasião disseram que a maior contribuição do autor, com a 'história dos conceitos', foi investigar exhaustivamente "a história como sucessão de acontecimentos, a história como atividade intelectual inerente ao ser humano, e, sobretudo, a história como experiência existencial e dimensão iniludível, constitutiva da modernidade" (Idem, p. 135). Esta entrevista foi acrescentada ao livro *História dos conceitos*, que foi organizado por Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Júnior, com vistas a divulgar esta abordagem no Brasil (e as suas diferenças e aproximações com o enfoque *collingwoodiano*, da interpretação 'contextualista' inglesa, que tem em Quentin Skinner e John Pocock seus principais praticantes), justamente num momento em que se expande para várias partes do mundo (FERES; JASMIN, 2007). Esse sucesso teve origem num empreendimento editorial iniciado na década de 1970, entre Koselleck e Werner Conze (1910-1986) e Otto Brunner (1898-1982), em que procuraram elaborar um dicionário de *Conceitos Históricos Fundamentais. Léxico Histórico da Língua Política e Social na Alemanha* (que, aliás, ainda não foi traduzido para o português), cobrindo, especialmente, o período de 1750 a 1850, no qual Koselleck dirá que será o momento em que se formaram as principais mudanças léxicas e conceituais que darão forma à modernidade, por que "a linguagem europeia (nas suas diversas expressões) sofreu um processo radical de transformação que revela e configura a ultrapassagem dos fundamentos da sociedade aristocrática", como bem lembrará Jasmin (KOSELLECK 2006, p. 10). Iniciada em 1972, com a publicação do primeiro volume, de uma série de nove, que será concluída em 1992, a obra será verdadeiramente um marco teórico na história da historiografia.

269

⁴ Neste texto, não há como detalhar adequadamente o debate entre Koselleck e Gadamer, sobre o campo de estudos e as características da análise hermenêutica, que foi fundamental para o desenvolvimento da história dos conceitos. Para maior detalhamento da questão, ver: KOSELLECK; GADAMER 1997; KOSELLECK 2002; KOSELLECK 2004; HABERMAS 2004.

A obra de Koselleck, nesse sentido, se apresentará como uma das bases, e também como um complemento, àquele empreendimento editorial coletivo. Já em 1959, ao lançar sua (famosa) tese *Crítica e crise: uma contribuição a protogênese do mundo burguês* (1999), o autor irá demonstrar “como a formação da ‘crítica’ ilustrada e da ‘sociedade civil’ provocariam a ‘crise’ final do Antigo Regime e a derrocada do Absolutismo como forma legítima de poder político” (KOSELLECK, 2006, p. 9), nas palavras de Marcelo Jasmin (à apresentação brasileira de seu livro *Futuro Passado*). Em 1965, ao estudar a reforma e a revolução no período de 1791 a 1848, em sua tese de habilitação (publicada em 1967), este dará continuidade, e maior densidade, aos seus trabalhos dos anos 50. Com a publicação de *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*, em 1979, demonstrará teoricamente as principais características da ‘história conceitual’ (e que justificavam o empreendimento editorial coletivo iniciado, poucos anos antes), por meio da análise semântica das diferentes formas de apreensão do tempo e da história, na historiografia européia (REIS, 2006), tendo em vista que a “hipótese que se apresenta aqui é a de que, no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um ‘tempo histórico’”, e as “análises semânticas aqui apresentadas não têm por objetivo primeiro um estudo de caráter linguístico-histórico”, mas sim “elas pretendem investigar a constituição linguística das experiências temporais, ali onde elas se manifestam” (2006, p. 16 e 17).

270

Com objetivos semelhantes, em parte dando continuidade a algumas das teses de Koselleck, a obra de Jörn Rüsen (2001, 2007a, 2007b) também procurará rever algumas questões lançadas pelo ‘movimento revisionista’ da historiografia sobre o Holocausto, que, aliás, não esteve limitado apenas na Alemanha (WIKLUND, 2008, p. 19-44; RÜSEN 2001; 2009, p. 163-209). Para ele:

Um dos pontos mais decisivos da crítica pós-moderna ao pensamento histórico moderno é o seguinte: uma entidade como ‘a história’ nem existiria. Haveria apenas representações do passado, que os historiadores teriam criado por meio das estratégias poéticas e retóricas do discurso narrativo. A concepção pós-moderna da história nega radical e totalmente a ideia de que existiria algo como um único e abrangente processo histórico de evolução da humanidade. A história nem seria uma entidade de fato; ela não seria nada mais do que uma imaginação ficcional. Correspondentemente, a concepção pós-moderna descreve os princípios do pensamento histórico em termos completamente distintos: o que estaria em jogo não seria justamente o método na forma de argumentação racional e das regras da pesquisa empírica, mas sobretudo a poética e a retórica da narrativa. Com isso a concepção do pensamento histórico pós-moderno seria o oposto da ciência da história em sua forma moderna [originada a partir do século XIX]. [...] [por isso] a pós-modernidade oferece uma função de orientação na história, embora de natureza muito específica: trata-se de uma espécie de orientação da vida humana que pode ser comparada com os sonhos. [...] De certo modo trata-se aqui de uma compensação dos resultados negativos da ação contemporânea; trata-se de um consolo estético produzido pela memória histórica diante da crise do progresso e da ameaça

pela catástrofe, na qual nosso mundo será precipitado pela escala ininterrupta do processo de modernização (1997a, p. 89-90).

É precisamente neste contexto que, segundo ele, foram tão importantes as obras de Nietzsche e de Heidegger para a interpretação 'revisionista alemã', normalmente, inseridas no movimento pós-moderno de '(re)figuração do passado' histórico (RUSEN 1997b, p. 116-131; 2009, p. 163-209). Mas como destacou Wiklund (2008, p. 19-44), além de não estarem limitados a esse tipo de leitura, no caso de Heidegger, este foi um dos responsáveis pela formação de uma 'tradição intelectual' na Alemanha do pós-guerra, articulada em torno da interpretação hermenêutica. Por outro lado, Rüsen informa que também foram muito comuns críticas a obra de Leopold von Ranke, que inauguraria o historicismo alemão no século XIX (RÜSEN 1997b, p. 116-31; MARTINS 2007, p. 45-68; GERTZ 2007; MALERBA 2006).

A partir do conceito de 'matriz disciplinar' desenvolvido (no posfácio de 1969) por Thomas Kuhn (1922-1996), em seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (2003), de 1962, em que complementaria seu conceito de 'paradigma', que Rüsen irá colher seus frutos, ao retrabalhar tal conceito, e propor uma 'nova' compreensão do conhecimento histórico. De forma muito resumida, a 'história como ciência' estaria inserida dentro de um quadro sócio-cultural, articulando as 'predisposições científicas' com as 'demandas sociais de sentido', em que tanto o historiador, quanto a sua obra, percorreriam cinco elementos formadores e articulados: passar-se-ia dos *interesses* (que orientam o fluxo do tempo e a maneira como os indivíduos definem seu agir) para as *ideias* (as perspectivas orientadoras da experiência sobre o passado, no presente histórico), e destas para os *métodos* (as regras da pesquisa empírica), que almejavam em seguida *formas* de apresentação do conhecimento histórico, que teria como *funções* regular a orientação existencial dos indivíduos no tempo, ao lhes proporem 'novos' sentidos, e lhes permitir tomadas de decisões. Para ele, a crítica pós-moderna (em que estaria inserida a 'virada linguística') se resumiria apenas a análise das *formas* de apresentação do conhecimento histórico, e, por isso, reduziria 'toda ação humana', a códigos simbólicos formados 'culturalmente' e sintetizados pela 'linguagem'. Em resumo, o que estaria em oposição é "uma qualidade estética da história [...] contraposta à racionalidade metódica de seu conhecimento" (2001, p. 150).

Desse modo, como vimos, enquanto para Hayden White a narrativa constituiria 'uma estrutura verbal', mediada por 'urdiduras de enredo', amplamente verificáveis numa análise 'tropológica', que demonstraria (na composição do conhecimento histórico) a sua inevitável correspondência com a 'arte', e não com a 'ciência', para Rüsen é possível se apreender outros aspectos cruciais desta questão. Ele entende por 'narrativa' um 'paradigma', no qual haveria uma correspondência de valores em cada 'comunidade científica', porque a narrativa daria "sentido a experiência do passado", por torná-lo histórico com um 'enredo'. Assim, ao ser adequadamente conduzido por meio de 'métodos' e 'técnicas de análise' das fontes, que são assegurados metodicamente na pesquisa e na sua

forma de apresentação, o conhecimento histórico pode também ser 'científico'

Por isso mesmo, não se deve deixar de lado, que justamente em função desta divergência teórica, que foi metodologicamente possível repensar a própria função das 'teorias' na escrita da história, a partir dos anos 70 (RICOEUR 2007, p. 247-96; ROIZ 2009).

Considerações finais

Defendo vigorosamente a opinião de que aquilo que os historiadores investigam é real. O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são (HOBSBAWM 1998, p. 8).

Nestes termos, o eminente historiador inglês, Eric Hobsbawm se posicionava sobre essa questão, ao prefaciando sua obra *Sobre história* em 1997, que pode ser também tomada como a síntese de um posicionamento adotado pela grande maioria dos historiadores nos séculos XIX e XX. Não foi por acaso, portanto, que quando a 'linguagem' e a 'cultura' entraram em cena, nas discussões da Filosofia, das Ciências Sociais e da Teoria Literária francesa (a partir da década de 1950) e norte-americana (a partir da década de 1960), com o 'estruturalismo' e, depois, o 'pós-estruturalismo', os *princípios do conhecimento histórico*, mais uma vez, passaram a ser veementemente questionados (CHARTIER 2009; RICOEUR 2007). Como quase sempre acontece, os historiadores, de início, mantiveram-se avessos a questão lançada pela 'virada linguística' (e pela 'pós-modernidade') ao seu ofício profissional, avaliando e respondendo aos desdobramentos daquele debate tardiamente, a partir da década de 1980 – se deixarmos de considerar alguns poucos exemplos esparsos, que inauguraram esse debate já nos anos 60, como foi o caso de Arnaldo Momigliano (1908-1987), na Itália, e Moses Finley (1912-1986), na Inglaterra (GINZBURG 1991, 2002, 2007).

A tese subjacente a sobreposição da 'linguagem' as 'atitudes humanas', mostrou-se, com o impacto das críticas ao 'estruturalismo' e ao 'pós-estruturalismo', cada vez mais, insuficiente para contornar a existência de um espaço 'extratextual', que media a elaboração da linguagem e de seus significados, no tempo e no espaço. A evidência de que a linguagem não é puramente um reflexo, ou um simples espelho, da 'realidade', nem tão pouco a sua exclusiva produtora, tem tornado cada vez mais complexa a percepção da relação e da produção do 'texto' e do 'contexto'. Que a linguagem não traz em si a 'totalidade do vivido', nem que permite que se reconheçam todas as transformações que as palavras e os conceitos ganham ao longo do tempo, em função das mudanças políticas e culturais, primeiro, porque as 'experiências humanas' carregam uma complexidade maior do que a linguagem escrita pode representar, depois, porque as mudanças são algumas vezes tão sutis, que sentidos são esquecidos, significados

são deixados de lado, e mesmo a melhor pesquisa, ou interpretação, não alcançam uma reconstituição plena, tornou-se um indício melhor circunstanciado graças às querelas entre o estruturalismo francês, a 'virada linguística' norte-americana, a 'história conceitual' alemã, e ao 'contextualismo' inglês, produzidas a partir da década de 1960 (CHARTIER 2002; FERES; JASMIN 2006; DARNTON 2005; REIS 2006).

No caso da escrita da história, além de se dar maior atenção à 'retórica' e ao 'estilo' utilizado pelo historiador, ao expor os resultados de sua pesquisa, notou-se também que as relações da história com a 'ciência' e a 'arte' não se tratavam meramente de um mau entendimento destes profissionais, desde o século XIX, sobre a 'ciência' e a 'arte', mas da própria complexidade inerente a 'escritura da história', ao apresentar o 'agir humano' e seus 'desdobramentos no tempo' (JENKINS 2004; ALBUQUERQUE Jr. 2007). Contudo, de acordo com o que vimos, os historiadores só foram se dar conta da importância destas questões tardiamente, e mesmo assim não apreendendo a sua totalidade, mas caracterizando pontos e momentos do debate mais em função do lugar de onde estavam sendo produzidas àquelas críticas, e a maneira com que os atingiam (direta ou indiretamente), do que propriamente apresentando seus contornos internacionais, ou os seus desdobramentos ao longo das últimas décadas (RICOEUR 2007; CARDOSO 2005; LIMA 2006; PROST 2008; MUNSLOW 2009).

273

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARTIÈRES, P. Os desconhecidos da Sorbonne: sobre os historiadores e 'os anos' 68. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, 2008, pp. 133-44.
- ALBUQUERQUE Jr., D. M. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.
- AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.
- BARTHES, R. *Michelet*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. O discurso da história. In: Idem. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004a, p. 163-180.
- _____. *O grau zero da escrita*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.
- BLACKBURN, S. Nietzsche: o astuto desmascarador. In: Idem. *Verdade: um guia para perplexos*. Tradução de Marilene Tombini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 127-74.
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In:

- Idem (org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes – 4ª reimpressão – São Paulo: Edunesp, 1992, pp. 327-348.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.
- CUSSET, F. *Filosofia Francesa. A influência de Foucault, Derrida, Deleuze & Cia*. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre, RS: Ed. Artmed, 2008.
- DARNTON, R. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DOSSE, F. *História do Estruturalismo. O campo do signo (v. 1); O canto do cisne (v. 2)*. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru/SP: Edusc, 2007, 2v.
- _____. *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. Bauru: Edusc, 2003.
- EAGLETON, T. *Teoria da literatura. Uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra; revisão de João Azereda Jr. – 3ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Depois da teoria. Um olhar sobre os Estudos Culturais e o modernismo*. Tradução de Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERES Jr., J; JASMIN, M. G. (org.) *História dos conceitos. Debates e perspectivas*. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.
- FERRY, L. & RENAUT, A. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. Tradução de Roberto Markenson & Nelci do Nascimento Gonçalves. São Paulo: Ed. Ensaio, 1988.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio – 8ª Edição – SP: Edições Loyola, 2002.
- _____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1997.
- _____. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.
- _____. *As palavras e as coisas*. 10ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. O que são as Luzes? In: Idem. *Ditos e escritos – v. II – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 335-351.
- FURET, F. Da história-narrativa à história-problema. In: Idem. *A oficina da história*. Tradução de Felipe Jarro. Lisboa: Gradiva, 1985, pp. 88-98.
- _____. *L'Atelier de l'histoire*. Paris: Flammarion, 1982.

- GAY, P. *O estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Arte e ação: as causas na história – Manet, Gropius, Mondrian*. EUA: 1976.
- _____. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Freud para historiadores*. Tradução de Osmyr Faria Gabbi Junior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989a.
- _____. *Freud – uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.
- _____. *My german question – growing up in Nazi Berlin*. EUA: Yale University Press, 1998.
- _____. *O século de Schnitzler. A formação da cultura da classe média*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Modernismo. O fascínio da heresia. De Baudelaire a Beckett e mais um pouco*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GERTZ, René E. (org.) *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2007.
- GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. RJ: Ed. Bertrand Brasil, 1991.
- _____. *Relações de Força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Eduardo Brandão e Rose Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GUMBRECHT, H. U. Depois de aprender com a História. In: Idem. *Em 1926: vivendo no limite*. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 459-85.
- GUIMARÃES, M. L. S. (org.) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2006.
- HABERMAS, J. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARTOG, F. *Régimes d’historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Le Seuil, 2003.
- HOBSBAWM, E. J. *Sobre História: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. Da história social a história da sociedade. In: Idem. *Sobre História: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 83-105.

- _____. A volta da narrativa. In: Idem. *Sobre História: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 201-206.
- _____. O ressurgimento da narrativa. Alguns comentários. *Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, 1991, pp. 39-46.
- KANT, I. Resposta a pergunta: Que é 'Esclarecimento'? In: Idem. *Textos seletos*. Tradução de Raimundo Vier (et. al.). Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 63-71.
- KOSSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. *Crítica e crise: contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto; Eduerj, 1999.
- _____. *Historia*. Espanha: Trotta, 2004.
- _____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Espanha: Paidós, 2002.
- KOSSELLECK, R; GADAMER, H. G. *Historia y hermeneutica*. Espanha: Paidós, 1997.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira (et. el.). 7ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- JENKINS, K. *A história repensada*. Tradução de Mário Vilela. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2004.
- LIMA, L. C. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MALERBA, J. A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. *Locus: revista de história*, UFJF, v. 12, n. 1, 2006, p. 41-78.
- MARTINS, E. C. R. Historiografia alemã no século 20: encontros e desencontros. In: MALERBA, J. & AGUIRRE ROJAS, C. A. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru/SP: Edusc, 2007, pp. 45-68.
- MEDEIROS, P. A. *Pós-Modernidade e Historiografia: Um Estudo Sobre Hayden White*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - UFMG.
- MOSÉ, V. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MUNSLOW, A. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NIETZSCHE, F. *Escritos sobre História*. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Edições Loyola; Editora PUC Rio, 2005a.
- _____. *Aurora*. Tradução de Antônio Carlos Braga. São Paulo: Ed. Escala, 2008a.
- _____. *Aurora. Pensamentos sobre a moral como preconceito*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.

- _____. *Além do bem e do mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b.
- _____. *A genealogia da moral. Uma polémica*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *A vontade de poder*. Tradução de Marcos Sinésio B. Fernandes e Francisco José D. de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- PROST, A. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008.
- REIS, J. C. *História e Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REVEL, J. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Tradução de Cláudia O'Connor dos Reis. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François (et. al.). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- ROIZ, D. S. A reconstrução do passado e o texto literário: a resposta dos historiadores à 'virada linguística'. *Revista Diálogos*, UEM, v. 13, n. 3, 2009 (Prelo).
- RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- _____. *Reconstrução do passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007a.
- _____. *História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007b.
- _____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*, n. 2, 2009, pp. 163-209.
- _____. História entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: questões e debates*, UFPR, v. 14, n. 26/27, 1997a, pp. 80-101.
- _____. Explicar o holocausto – de que jeito? O livro de Daniel Goldhagen criticado a luz da teoria da história. *História: questões e debates*, UFPR, v. 14, n. 26/27, 1997b, pp. 116-131.
- _____. Conscientização histórica frente a pós-modernidade: a história na era da 'nova intrasparência'. *História: questões e debates*, UFPR, v. 10, n. 18/19, 1989, pp. 303-328.
- STONE, L. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma Velha História. *Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, 1991a, p. 13-37.
- _____. History and post-modernism. *Past and Present*, n. 131, 1991b, p. 217-18.

- _____. History and post-modernism. *Past and Present*, n. 135, 1992, p. 187-194.
- WHITE, H. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. A questão da narrativa na teoria contemporânea da história. *Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, 1991a, pp. 47-89.
- _____. Teoria literária e escrita da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1991b, pp. 21-48
- WIKLUND, M. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da historiografia*, n. 1, 2008, p. 19-44.
- VASCONCELOS, J. A. *Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.